

Mercado de carbono acelera transição para a economia de baixo carbono

Empresário sugere criar o padrão-Brasil para comercialização de créditos

Redação

O Brasil reúne todas as condições, físicas e tecnológicas, de ser protagonista em uma economia de baixo carbono. A aprovação da lei 15042/24, que regula o mercado de carbono, dá um extraordinário empurrão para se concretizar metas ambicionadas. Governo e iniciativa privada estão juntos nesse front, mas não se engane imaginando só encontrar flores no caminho. Outros países usam de seus recursos para tentar morder uma fatia generosa desse bolo. Até o Internacional Finance Corporation (IFC) já tirou uma casquinha por estas plagas, comprando crédito no mercado voluntário a US\$ 5 a tonelada e revendendo-a a US\$ 40/t. Na visão de Carlos Martins, diretor da ACX Brasil, o ideal é que se crie um “padrão-Brasil”, com soluções baseadas na natureza – e não só em tecnologia, como querem países pobres em natureza. Para avaliar até onde chegamos e o que falta para prosseguirmos sem susto, B3 (Bolsa de Valores do Brasil), International Emissions Trading Association (IETA), Climate Action Solutions & Engagement (C.A.S.E.) e a Vale promoveram o Encontro SBCE, fórum que reuniu representantes do governo federal, empresas privadas, instituições financeiras e especialistas para discutir a arquitetura do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) e sua implementação rumo ao mercado regulado de carbono no país.

A anfitriã abriu o evento, com Ana Buchaim, VP de Comunicação e Sustentabilidade da B3, discorrendo sobre a estrutura da Bolsa brasileira, experiência e condições objetivas para a comercialização dos créditos de carbono no mercado regulado. Hoje a instituição movimenta R\$

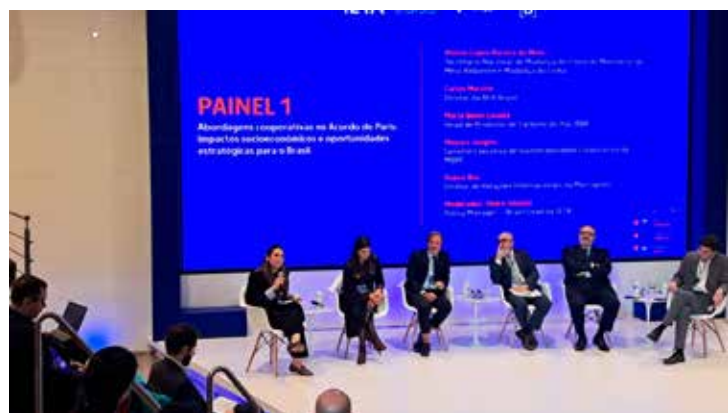


Foto: JEN

30 bilhões/dia, com um leque de 70 milhões de CPFs comprando e vendendo títulos mobiliários. Ela citou várias vezes a questão da governança, para que este novo mercado crie barreiras à manipulação, tenha previsibilidade em seu funcionamento, transparência e segurança. Buchaim completou: “Mais que uma bolsa, estamos aqui para desenvolver uma sociedade em que todos prosperem”.

João Paulo Capobianco, veterano agente promotor da sustentabilidade e atual ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, esteve na Arena B3 emprestando sua colaboração a este diálogo que se abriu em cima do SBCE. Segundo ele, o país entra em um momento decisivo – a exemplo do mundo – para reagir às mudanças climáticas. “Hoje a agenda climática deixou de ser apenas ambiental; ela traz ações sobre inovação e acesso a mercados”, exemplificou.

Ele, que calcula o mercado de carbono em atuais US\$ 100 Bi/ano, lembrou que China, Reino Unido, Canadá e União Europeia já entraram no jogo (saindo do mercado voluntário para o regulado). Com ativos renováveis em sua matriz energética e a maior biodiversidade do planeta, o Brasil está em recuperação de credibilidade no cenário internacional, sobretudo com a

redução do desmatamento e a promoção da agenda de baixo carbono – enfatizou o ministro. “O país tem visão de longo prazo; construímos uma agenda efetiva, com modernização produtiva. Avançamos na arquitetura financeira, voltada à ecologia”. De acordo com Capobianco, o Fundo Clima é um bom exemplo do que diz: captou, junto ao setor privado, R\$ 104 Bi em 2024; outros R\$ 14 Bi em 2025 e, neste ano, R\$ 27,5 Bi até aqui.

Acordo de Paris

O artigo 6 do Acordo de Paris, que cria base legal para a cooperação internacional e o funcionamento dos mercados globais de carbono, foi objeto de discussão por todo o evento. Aloísio de Melo, secretário de Mudança do Clima do MMA, lembrou que o Brasil é pioneiro em desenvolvimento de energia limpa e entende que os próximos anos – de 2026 a 2030 – se estabelecerá uma janela de oportunidades. Os créditos de carbono comercializados, e validados no SBCE, deverão ser informados ao painel da ONU, para uma ampla transparência, vale destacar. Já o executivo da ACX diz que o país tem cadeias produtivas com baixo carbono em operação e que devemos fazer valer esta prática, destacando-a como vantagem competitiva. Ele ainda falou sobre o CO₂ biogênico (este é o dióxido de carbono originado a

partir de fontes orgânicas e renováveis) e a viabilidade de Data Centers com pegada negativa de carbono no Brasil.

Mayara Jungles, da MBRF, deu a sua visão sobre a área de alimentos, afirmando que as metas projetadas e a efetiva implementação destas nem sempre andam no mesmo compasso. Até porque, no caso da MBRF, há muitos produtores de pequeno porte associados, com diferentes níveis de tecnologia. “Artigo 6, SBCE e mercado regulado não podem ser discutidos isoladamente”, disse a executiva, argumentando que o setor ainda tem os desafios da rastreabilidade, da recuperação de pastagens e do crédito. “Tecnologia nós temos, o que falta é financiamento”, disparou.

Olhar financeiro

Head de Produtos de Carbono do Itaú BBA, a executiva Maria Belén Losada deu a visão das instituições financeiras nesta discussão aberta sobre o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). Ela disse que o mercado financeiro (internacional, não só o brasileiro) pede previsibilidade. Maria, que acaba de voltar de encontros em Londres e Singapura, para abordar o tema crédito de carbono, destacou que o Brasil possui instituições robustas e que é preciso existir “robustez jurídica também”.

Fazendo contraponto ao colega Carlos Martins, que pensa em criar valor no sugerido padrão-Brasil e vender o crédito mais caro, Maria Belén enfatizou: “O investidor olha para duas coisas: metodologia e preço. Um padrão brasileiro vai demorar, assim precisamos utilizar o que temos à mão hoje e o preço deve caber no bolso do comprador, pois do contrário ele vai buscar outras praças como Gana, Paraguai etc”.

Da sustentabilidade à regeneração: oportunidades para o Brasil

Cristiane Moura (*)

Uma das críticas mais recorrentes às práticas ESG adotadas por muitas empresas é que elas permanecem ancoradas em uma lógica defensiva de gestão de riscos. O objetivo é reduzir impactos negativos, atender exigências regulatórias e preservar a licença para operar. A abordagem, embora legítima, foi concebida para um mundo que já não existe.

As crises deixaram de ser eventos isolados para se tornar a condição permanente do nosso tempo. Mudanças climáticas, guerras, desigualdades crescentes, rupturas tecnológicas e a erosão da confiança nas instituições compõem o cenário da chamada *permacrise*.

Diante dessa realidade as limitações da agenda ESG tornam-se evidentes. O desafio atual é fortalecer a capacidade dos sistemas econômicos, sociais e ecológicos de se renovarem e gerarem valor. A regeneração surge como uma abordagem mais abrangente, cujo objetivo deixa de ser apenas causar menos danos e passa a ser gerar mais vitalidade, resiliência e prosperidade compartilhada.

Empresas, instituições e investimentos devem contribuir para fortalecer os ecossistemas, as comunidades e as relações das quais dependem e ampliar, simultaneamente, o capital econômico, social e ecológico.

Grande parte das iniciativas de sustentabilidade continua concentrada na mitigação de impactos, sem transformar as estruturas que produzem a degradação ambiental e social. A proposta regenerativa busca justamente avançar nessa direção, combinando ações de proteção, reparação, investimento e transformação.

Uma transição para o modelo regenerativo, contudo, demanda que as organizações abandonem modelos de gestão baseados exclusivamente em comando e controle e adotem uma visão sistêmica e interge-

racional. Liderar significa criar as condições que permitam o florescimento de pessoas, comunidades e ecossistemas. O líder passa a compreender a empresa como parte de uma rede viva de relações econômicas, sociais e ecológicas

Essa nova lógica também exige coragem das empresas para abandonar deliberadamente práticas e modelos de negócio que permanecem lucrativos no curto prazo, mas geram danos sistêmicos no longo prazo.

É justamente nesse cenário que o Brasil emerge como um dos protagonistas potenciais da transição regenerativa global.

Temos alguns dos ativos estratégicos mais valiosos do século XXI: biodiversidade, recursos naturais, capacidade agrícola, conhecimento tradicional e uma das maiores reservas de capital ecológico do planeta.

Mas a oportunidade brasileira alcança um espectro mais amplo. O país acumula uma rica tradição de cooperativismo, economia solidária, gestão comunitária e conhecimentos ancestrais que reconhecem a interdependência entre sistemas econômicos e a natureza.

O verdadeiro desafio é transformar esse patrimônio em modelos econômicos escaláveis, capazes de demonstrar que competitividade, inovação, resiliência e bem comum não são objetivos conflitantes, mas dimensões complementares de uma mesma estratégia de desenvolvimento.

A regeneração oferece uma resposta à altura dos desafios de uma era marcada pela *permacrise*. Nesse debate, poucos países estão tão bem posicionados quanto o Brasil para demonstrar que prosperidade econômica, restauração ecológica e fortalecimento do Bem Comum podem caminhar juntos.

(*) Cristiane Moura é líder de inovação e sustentabilidade da consultoria BIP.

NEGÓCIOS em PAUTA
nelson.tucci@netjen.com.br

Fórum B2B de inovação

Recurso mais cobiçado da atualidade, a Inteligência Artificial (IA) tem sido a responsável pelas principais tendências de inovação nas empresas. Com exigências mais complexas de venda e avanço tecnológico, organizações B2B enfrentam um desafio comum: tornar a necessidade de crescimento sustentável a médio e longo prazo. Para discutir possíveis caminhos, a Live University | Instituto Brasileiro de Inteligência de Mercado (Ibramer) promoverá, nos próximos dias 6 e 7 no Grand Mercure Hotel Vila Olímpia, em São Paulo, o Fórum B2B. O encontro reunirá executivos de todo o país para compartilhar experiências, cases e estratégias voltados à geração de receita e expansão empresarial. Segundo Henrique Gasperoni, CEO da Live, o crescimento deixou de ser responsabilidade exclusiva das áreas de Vendas, Marketing e Customer Success, tornando-se um plano global das companhias (<https://ibramer.liveuniversity.com/forumb2b>)

R\$ 100 Mi para parque

Santa Catarina está prestes a ganhar um novo atrativo turístico de grande porte. Localizado às margens da BR-101, em Tijucas, nasce o Bravura Park com a proposta de ser o maior parque temático militar da América Latina, reunindo entretenimento, história, educação e experiências imersivas em um único espaço. O empreendimento ocupa uma área de 150 mil metros quadrados e recebeu investimento de R\$ 100 milhões. Entre as experiências previstas estão passeio em veículos militares (tanques de guerra/blindados), passeio de aerobarco, estande de tiros airsoft, tirolesa em curvas, arvorismo tático, desafios militares, treinamentos recreativos, áreas temáticas de alimentação e um acervo formado por mais de cinco mil itens históricos, mais de 190 viaturas militares, 1.131 utensílios de soldados e documentos que tratam mais de 130 conflitos históricos (<https://www.instagram.com/bravurapark/>).

Laticínios / aquisição

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a aquisição do Laticínio Sertão pelo Grupo Piracanjuba, concluindo a operação anunciada em maio deste ano. Com a autorização do órgão, a aquisição foi concluída em 1º de julho, reforçando a estratégia de crescimento da companhia no Nordeste e ampliando para 12 o número de plantas industriais

no Brasil. A fábrica está localizada na zona rural de Monteirópolis (AL). “Pretendemos manter todos os postos de trabalho diretos, atualmente em torno de 70 colaboradores, majoritariamente em funções fabris. Também queremos estreitar o relacionamento com os produtores de leite que abastecem a unidade, em um processo conduzido de forma planejada e respeitando o momento da transição”, garante Luiz Claudio Lorenzo, presidente do Grupo Piracanjuba.

Confiança empresarial

O Índice de Confiança Empresarial (ICE), divulgado neste dia 1º pelo FGV IBRE, avançou 1,1 ponto em junho, alcançando 92,7 pontos, o maior nível desde maio de 2025 (94,5 pontos). O resultado reflete melhora tanto na percepção sobre a situação atual quanto nas expectativas para os próximos meses. O Índice da Situação Atual subiu para 94,4 pontos, maior nível desde maio de 2025 (96,2 pontos) enquanto o Índice de Expectativas alcançou 91,1 pontos, interrompendo a sequência de quedas iniciada em março. Ainda assim, a alta não é suficiente para indicar a retomada da trajetória de recuperação iniciada em setembro de 2025, quando o índice registrava 83,7 pontos, e interrompida com a deflagração da Guerra no Oriente Médio.

Inadimplência recorde

O Brasil encerrou 2025 com 8,9 milhões de empresas inadimplentes, o maior número já registrado pela série histórica do Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian. Ao todo, as dívidas negativas somaram R\$ 213 bilhões, representando um aumento de aproximadamente dois milhões de CNPJs em situação de inadimplência na comparação com dezembro de 2024. Para o advogado especialista em Direito Bancário, João Marques, o cenário é resultado de uma combinação de fatores econômicos e estruturais que têm pressionado principalmente micro e pequenas empresas. “Micro e pequenas empresas representam cerca de 8,5 milhões desse total e são as mais vulneráveis, porque possuem menos acesso a crédito barato, menor capacidade de reserva financeira e menor poder de negociação com as instituições bancárias. O setor de serviços, responsável por 55,2% das empresas negativadas, também concentra características que aumentam essa exposição, como a forte dependência de capital de giro”, explica.

Empresas & Negócios

MUNDO ESG
nelson.tucci@netjen.com.br

Olhar Cidadão

Ceilândia recebe o Projeto Olhar Cidadão com atendimentos gratuitos de saúde visual e bucal para estudantes da rede pública. A ação acontecerá até o dia 10 próximo e faz parte da reta final do projeto, que já atendeu mais de 6 mil crianças e adolescentes no Distrito Federal. Ceilândia recebe o Projeto Olhar Cidadão, iniciativa que oferece atendimentos oftalmológicos e odontológicos gratuitos para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos matriculados na rede pública de ensino. O projeto é uma realização da OSC Líderes do Brasil, com apoio da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus-DF).

Reforma Agrária e jornalistas

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) vai ofertar neste ano uma turma de graduação em Jornalismo no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). O curso pretende qualificar comunicadores com atuação vinculada aos territórios da reforma agrária e às comunidades tradicionais. A graduação será ofertada em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), que foi assinado pelas duas instituições. Com duração de quatro anos, a graduação deve formar 50 bacharéis em Jornalismo, que vão desenvolver 70% da carga horária na universidade e os outros 30% em atividades nos territórios, assentamentos, acampamentos e quilombos. <https://ufpr.br/>

Autistas no IBGE

O Ministério Público Federal (MPF) assegurou o direito de 354 candidatos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a concorrerem às vagas reservadas para pessoas com deficiência (PCD) nos processos seletivos simplificados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A procuradora da República Marina Filgueira instaurou a investigação a partir da

representação de um candidato diagnosticado com TEA que teve sua inscrição na modalidade PCD indeferida sob o argumento de que seu laudo médico não indicava a data de início da doença, conforme exigido pelo edital. Para o MPF, a exigência configurava uma barreira intransponível e tecnicamente incompatível com condições congênitas e permanentes do neurodesenvolvimento, apresentando contornos de discriminação técnica e de violação das normas de proteção às pessoas com deficiência (ABR).

Incêndios florestais

Duas estudantes de biotecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) desenvolveram uma solução inovadora e que não agride o meio ambiente para combater incêndios florestais. A iniciativa concorre a um prêmio internacional. O retardante de chamas, batizado BIODEFENSER®, é produzido a partir de um composto natural que favorece, ao mesmo tempo, a recuperação ambiental. As estudantes venceram as etapas regional e nacional do Hult Prize 2026 e se preparam agora para disputar a etapa internacional, sendo as únicas representantes do Brasil. A equipe vencedora receberá US\$ 1 milhão em investimento *seed* (semente) para lançar o negócio (ABR).

Quota Zero

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu na segunda-feira, 29, um conjunto de informações e estudos com um pedido de maior rapidez no julgamento de duas ações diretas de inconstitucionalidade das leis de Mato Grosso 12.434/24 e 12.197/23, que proíbem a comercialização e transporte de pescados no estado. A petição, apresentada pelo Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad) e outras organizações ambientais, aponta efeitos negativos das leis estaduais durante o período de cinco anos. Entre os impactos, estão as perdas econômicas e a baixa assistência aos pescadores afetados (ABR).